

O Modelo Turístico Potiguar e seus efeitos sócioespaciais nas comunidades litorâneas

Marcelo da Silva Taveira¹

Resumo

A presente pesquisa tem como foco central a discussão do modelo turístico potiguar, decorrente das políticas de turismo vigentes no Rio Grande do Norte, destacando as formas de inserção das comunidades litorâneas na atividade turística propiciada por este modelo. Foram pesquisadas localidades litorâneas de quatro municípios situados no entorno de Natal - Ceará-Mirim, Extremoz, Parnamirim e Nísia Floresta - contemplados pelo PRODETUR/RN I e II. Na metodologia adotada, foram efetuadas a aplicação de questionários entre os residentes. A pesquisa procura analisar o rebatimento das políticas públicas de turismo nas comunidades locais, tendo em vista o discurso amplamente difundido pelos agentes turísticos hegemônicos, isto é, o Estado e mercado, de que o turismo se constitui atualmente em uma das principais atividades desencadeadoras de emprego e renda.

Palavras-chave: Políticas de Turismo. Modelo Turístico Potiguar. Comunidade local.

¹ Mestre em Geografia pela UFRN; Professor e Coordenador do Curso de Turismo da Estácio de Sá/Faculdade Câmara Cascudo e; do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Introdução

O Turismo se configura como uma das principais atividades econômicas do Nordeste do Brasil, promovendo o surgimento de empresas especializadas, postos de trabalho e geração de divisas. O Rio Grande do Norte atualmente é um dos Estados que mais desponta no cenário turístico nacional, recebendo milhares de visitantes durante todo o ano. Isso se deve às políticas públicas implementadas intencionalmente para a promoção desta atividade

Documentos oficiais, de âmbito federal e estadual afirmam que os investimentos na atividade turística têm como finalidade a dinamização das economias deprimidas, a diminuição dos desequilíbrios sócio-espaciais, a geração de emprego e renda, dentre outros. Assim, a questão que se coloca inicialmente é em que medida o modelo turístico adotado e sua estratégia de desenvolvimento tem possibilitado que tais metas sejam atingidas? É com esse propósito que desenvolveremos este trabalho, procurando contribuir para essa discussão, a partir da análise de uma área turística localizada no litoral potiguar.

O modelo turístico adotado tem proporcionado que tipo de inserção da comunidade da comunidade local na atividade turística? Quais são os empregos gerados pela atividade localmente? A partir destas questões desenvolveremos o trabalho, tendo como objetivo caracterizar o modelo turístico potiguar, discutindo em que medida este modelo tem propiciado a inserção da comunidade local no turismo.

O recorte espacial desta pesquisa engloba as comunidades litorâneas de quatro municípios inseridos no PRODETUR/RN I, localizados na Zona Homogênea Litoral Oriental e inseridos no Pólo Turístico Costa Dunas², são eles: Ceará-Mirim (Muriú, Porto Mirim, Jacumã e Pitangui), Extremoz (Barra do Rio, Graçandu, Genipabu, Santa Rita e, Redinha Nova), localizados ao norte de Natal; Parnamirim (Pium, Cotovelo e Pirangi do Norte) e Nísia Floresta (Pirangi do Sul, Búzios, Tabatinga e Barreta), localizados ao sul de Natal, conforme ilustrado no Mapa 01.³

² Municípios do Pólo Turístico Costa das Dunas: Arêz, Baía Formosa, Canguaretama, Ceará-Mirim, Extremoz, Macaíba, Maxaranguape, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, Pedra Grande, Rio do Fogo, São Gonçalo do Amarante, São José do Mipibu, São Miguel do Gostoso, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul e, Touros.

³ Além dos quatro municípios mencionados, outros dois municípios foram englobados pelo Prodetur-NE I: Natal e Tibau do Sul.



Mapa 01 – Área de estudo, destacando as localidades pesquisadas

Fonte: Mapa Base IBGE, 2000.

Cartografia: Josué Alencar Bezerra, 2008.

Organização: Marcelo da Silva Taveira

Os municípios de Natal e Tibau do Sul, que juntamente com os quatro anteriores compõem os seis municípios englobados pelo Programa em sua primeira etapa, embora sejam os de maior expressão turística em todas as dimensões, não farão parte desta pesquisa, pois possuem dinâmicas socioeconômica e espacial que contrastam com os demais municípios. Natal desenvolve papel hegemônico no turismo potiguar e Tibau do Sul possui uma dinâmica turística própria e diferenciada da existente nos demais municípios do Pólo Turístico Costa das Dunas por se constituir no segundo pólo turístico do Estado potiguar e estar inserido no mercado turístico internacional. Desse modo, esses dois municípios se apresentam atípicos em relação aos outros, uma vez que, a maior parte dos dividendos é gerada ou distribuída pelas cadeias produtivas do turismo localizadas nestes dois municípios destacados.

Vale salientar que os municípios selecionados na pesquisa continuam recebendo investimentos financiados pelo Convênio BNB/BID (Banco do Nordeste do Brasil e Banco

Interamericano de Desenvolvimento), integram a Região Metropolitana da Grande Natal, constituem corredores turísticos e alocam-se no contorno do mar seguindo a costa. São ocupados sobretudo pelas segundas residências para o veraneio, fenômeno em destaque no Estado, pois inúmeras famílias possuem imóveis nas praias frequentadas nos meses de verão. Desse modo, o recorte espacial contempla os quatro municípios que possuem características similares e serão analisados por um período de mais de 10 anos, ou seja, período que vai da instalação da primeira fase do Programa (1995) até os dias atuais.

Faz-se necessário uma reflexão para se tentar compreender os efeitos provocados pela atividade turística nas localidades receptoras de turistas, e, sobretudo, perceber de que forma as comunidades dos municípios se inserem na atividade turística. Sendo assim, espera-se que o presente estudo venha contribuir com as pesquisas e os esforços para o entendimento do turismo como setor hegemonicamente pensado por forças estatais e possibilite uma discussão do modelo turístico que propicie a inclusão social e uma inserção mais democrática e justa das comunidades no desenvolvimento do turismo.

1 As políticas de turismo no contexto do neoliberalismo

O capitalismo mundial atravessa uma grave crise desencadeada pela especulação financeira, com repercussões mais imediatas no âmbito econômico e político, desde os últimos meses do ano de 2008. Atualmente muitos debates têm sido travados em torno do paradigma de Estado que emergirá em função dessa crise. Entretanto, o desenvolvimento desse trabalho ocorreu em plena vigência do Estado neoliberal que vigorou a partir dos anos oitenta do século passado e que hoje passa por reformulações.

As políticas de turismo no Brasil foram incrementadas no período de plena implantação do neoliberalismo no país, a partir do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, com grande repercussão no Nordeste brasileiro em função da implementação das políticas do Megaprojetos Turísticos e do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR/NE), ambos adotado no Rio Grande do Norte.

O neoliberalismo privilegia o capital, as relações de mercado, a grande corporação, incentivando um mercado livre de restrições políticas, sociais e culturais, visando a produtividade e lucratividade sem a intervenção aparente e explícita do Estado. É nesse cenário que, a empresa representada pelo capital, dispõe de poderes excepcionais de barganha, quando comparados com o sindicato, a união operária, a confederação ou quaisquer outros organismo de representação da classe trabalhadora, assim como a organização das pequenas comunidades com políticas alternativas de turismo (IANNI, 2001).

O modelo de desenvolvimento vigente no Brasil, que tem rebatimentos profundos nas políticas sociais e econômicas no Estado do Rio Grande do Norte, reflete um processo profundo de mudanças na lógica das relações comerciais, financeiras e de investimentos, sobretudo no âmbito do turismo, quando as intervenções do Estado impulsionadas pela globalização, abertura dos mercados e internacionalização do capital, vem desempenhando papel determinante na reestruturação e reorganização do espaço geográfico potiguar.

Conforme os pressupostos do neoliberalismo, o mercado deve funcionar livremente, com pouca intervenção do Estado. No entanto, cabe ao Estado viabilizar obras infra-estruturais que possibilite a atração de investimentos para a dinamização da economia, tal como ocorreu com o PRODETUR, que privilegiou a implantação de obras básicas (aeroportos, estradas, urbanização, saneamento, dentre outras). A análise das políticas de turismo e do modelo turístico de desenvolvimento no âmbito do Rio Grande do Norte, bem como para o Nordeste brasileiro, exige a compreensão das políticas macroeconômicas para melhor entendimento do PRODETUR/RN, implantado nos anos 1990, com seus reordenamentos até os dias atuais.

O resultado da primeira fase do Programa foi bastante positivo e tem alavancado investimentos que possibilitaram a atração de empreendimentos turísticos de cadeias internacionais nos principais municípios turísticos que compõem o Pólo Costa das Dunas, incluindo os municípios enfocados no presente estudo. Houve um grande fluxo de investimentos privados na implantação de pequenos, médios e grandes equipamentos turísticos, especialmente em hotelaria nas áreas beneficiadas com os investimentos. Com isso, novos empregos diretos e indiretos foram gerados, consequência do aumento dos investimentos e do fluxo turístico. As ações estratégicas previstas para serem implantadas por meio do PRODETUR RN II deverão criar as condições necessárias para o desenvolvimento e consolidação da atividade turística no Pólo Costa das Dunas.

2 O modelo turístico potiguar

O modelo turístico potiguar não difere dos modelos adotados pelos demais estados do Nordeste nem do modelo hegemônico nacional avalizado pelo Ministério de Turismo através do Plano Nacional de Turismo. O Rio Grande do Norte desde que assumiu nacionalmente expressão e importância turística, tem se comportado igualmente a outros núcleos receptores de turismo e identificando-se com o tipo de racionalidade expressa pelo modelo de desenvolvimento vigente. A seguir, identificaremos algumas características assumidas pelo modelo turístico potiguar:

A) Supervalorização do modelo turístico hegemônico “Sol e Mar”: O Rio Grande do Norte assim, como em todo o Nordeste do Brasil, vê no binômio Sol e Mar a principal alternativa de exploração

da atividade turística no Estado, em especial, nos municípios do Pólo Costa das Dunas, dos quais apenas alguns receberam ou irão receber recursos provenientes do PRODETUR RN. A supervalorização do modelo turístico alicerçado no segmento Sol e Mar atraem e concentram o sistema de objetos e ações, responsáveis pela dinamização dos espaços litorâneos, com a redefinição de sua forma e conteúdo (SANTOS, 1999).

B) As políticas públicas direcionadas ao visitante em detrimento ao residente: As políticas públicas básicas e turísticas são, em sua maioria, direcionadas aos visitantes em detrimento da população residente. Os projetos aprovados e executados com recursos provindos do PRODETUR / RN, são direcionados para ampliar e modernizar aeroportos, urbanizar as praias urbanas das cidades nordestinas, criar e melhorar rodovias estaduais e federais, entre outras obras estruturais que possuem a essência urbana e um discurso político-ideológico que tais políticas são realizadas para beneficiar a vida das populações residentes. No entanto, é notório que as principais obras infra-estruturais têm seu rebatimento no turismo, bem como, atendem diretamente às necessidades dos visitantes e não, prioritariamente, dos residentes. Dessa forma, o espaço é produzido tendo em vista o consumo prioritariamente do visitante e não o do residente.

C) A promoção turística do Rio Grande do Norte centrada em Natal: Natal é a cidade do Rio Grande do Norte que ocupa posição privilegiada, pois concentra os principais equipamentos e serviços turísticos, com destaque para sua infra-estrutura hoteleira que possui mais de 25.000 leitos, segundo os dados oficiais dos órgãos de turismo (SECTUR, 2008; ABIH-RN, 2008)⁴. Ainda possui um dos principais cartões postais do Estado, a internacionalizada Praia de Ponta Negra que tem o Morro do Careca como pano de fundo. A promoção turística do Rio Grande do Norte é espacialmente centrada na capital, Natal, pois os *folders*, cartazes, *banners* e sites ligado à mídia do turismo retratam predominantemente a cidade, além de se apropriarem de bens e belezas naturais de outros municípios para a promoção do “produto Natal”. Pode-se verificar tal situação nos principais *folders* turísticos do Estado, onde as falésias da Praia de Tabatinga, os mergulhos de Pirangi do Norte e de Maracajaú, o maior Cajueiro do Mundo e, principalmente, as famosas dunas de Genipabu, também entram no leque de atrativos oferecidos pela cidade Natal e que são explorados comercialmente pela mídia do turismo.

D) Atração e interesse preferencial pelos investimentos externos: Em consonância ao modelo de desenvolvimento hegemônico e centralizador adotado pelo poder público do Estado, em conformidade com os preceitos do neoliberalismo, as políticas públicas de turismo visam à atração

do grande capital, sobretudo representado pelos investimentos externos à dinâmica do lugar. As informações amplamente divulgadas na mídia local e dados de trabalhos desenvolvidos por Fonseca (2005; 2007) indicam a magnitude do processo de internacionalização turismo potiguar, a partir da conclusão da primeira etapa do PRODETUR/RN.

E) O discurso que o turismo é a principal alternativa econômica para os municípios: O aumento da competitividade do setor, o seu impacto na melhoria das condições de vida da população, a descentralização das decisões e o respeito ao meio ambiente, são pilares para a construção de um novo padrão de desenvolvimento, no qual todas as regiões possam crescer de forma integrada. Com o turismo poderemos desconcentrar o crescimento econômico, reduzir desigualdades e criar oportunidades para a construção de um Brasil melhor, guiado por princípios universais da ética. (Plano Nacional de Turismo - Diretrizes, Metas e Programas, 2003-2007).

Tomando o trecho acima extraído do PNT como ponto de partida para discussão, percebe-se no discurso do Governo Federal o caráter ideológico, onde o turismo é dignificado sendo potencializado como minimizador de desigualdade sociais e, que possibilitará a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas no segmento. Tal discurso coloca o turismo como a principal e única alternativa para diminuição das desigualdades sociais no país.

O discurso é produzido e reproduzido em todas as instâncias governamentais e privadas em âmbitos nacional, estadual e local, onde os municípios com potencial turístico ou não, vêm na atividade turística uma das únicas alternativas econômicas para gerar empregos, renda, impostos e inserir as populações locais na cadeia produtiva do lugar, melhorando assim, a qualidade de vida de seus residentes. No Rio Grande do Norte, onde a atividade turística se constitui uma das principais atividades econômicas de todo litoral oriental, tal discurso é amplamente difundido. Vejamos a seguir como a realidade se apresenta em algumas comunidades que se encontram no litoral oriental potiguar.

3 O rebatimento do modelo turístico nas comunidades locais

A partir deste ponto, serão apresentados e discutidos alguns dos resultados pertinentes à inserção das comunidades do litoral potiguar no turismo. No âmbito dos municípios contemplados pela pesquisa, foram investigadas as populações dos núcleos de praia, totalizando 102 pessoas que responderam ao questionário, distribuídos da seguinte forma: Extremoz – 31, Parnamirim – 33, Nísia Floresta – 21 e Ceará Mirim – 17.

⁴ SECTUR – Secretaria Especial de Comércio, Indústria e Turismo do Município de Natal; ABIH-RN – Associação da Indústria Hoteleira do Rio Grande do Norte.

Analisando-se a área de estudo como um todo quanto ao nível educacional, constatou-se que a população da área de estudo apresenta baixo nível de instrução, uma vez que um percentual significativo (49,0%) possui apenas a educação fundamental incompleta. Somente 2,9% dos pesquisados estão no nível universitário e somente 4,9% possuem curso superior completo.

A fragilidade do sistema educacional e a baixa escolaridade dos moradores das comunidades litorâneas contribuem para a baixa inserção desses moradores como trabalhadores formais nas empresas turísticas, pois, a absorção de profissionais pela cadeia produtiva do turismo, sejam eles residentes das localidades ou externos, passa pela capacitação, qualificação e nível educacional desses profissionais, uma vez que, o turismo é uma atividade globalizada e internacionalizada e que progressivamente busca a excelência na prestação dos serviços e o alto grau de qualidade e competitividade, de acordo com o modelo turístico que o Estado potiguar tem procurado adotar na atividade turística desenvolvida no litoral potiguar. A falta dessa escolaridade mínima é um forte fator de exclusão e de desemprego nas localidades litorâneas potiguar, uma vez que, a atividade turística é tida como a mais importante e cada vez mais vem assumindo um papel hegemônico no cenário regional e local

Tanto o Plano Nacional de Turismo (2003-2007) quanto o PRODETUR e, conseqüentemente, os gestores públicos estaduais e municipais enfatizam em seu discurso “que o turismo gera emprego e renda” e irá viabilizar a inclusão social e a geração de riquezas para toda a cadeia produtiva do turismo. Cabe-se questionar: quem são os beneficiados pelos empregos e rendas gerados, segundo o modelo de turismo adotado?

Todas as estimativas de geração de empregos pela atividade turística potiguar se apresentam bastante favoráveis. Tomando como referência a Rais/Caged, entre Dezembro de 2002 à Dezembro de 2005, o número de empregos formais apresentou crescimento de 23,63%. No entanto, quando nos detemos nos dados levantados na pesquisa, os resultados mostram que as ocupações que mais se destacam entre os entrevistados são as seguintes: aposentado (10,8%), do lar (9,8%), empresário (8,8%), pescador (7,8%) e artesão (5,9%). As principais ocupações existentes nas comunidades litorâneas são voltadas à pesca e à prestação de serviços domésticos (pedreiro, eletricitista, encanador, caseiro, ASG, do lar e etc.). Essa realidade se justifica pela baixa escolaridade e pela oferta de empregos temporários dessas funções devido ao turismo de “segunda residência” existente no litoral potiguar, sobretudo no período de “veraneio⁵”, de férias e da alta estação turística.

É durante o “veraneio” que as localidades turísticas recebem o maior número de visitantes, com destaque para os turistas de segunda residência que têm como cidade de origem a capital do

⁵ Veraneio é o período de verão intenso no Nordeste do Brasil que engloba os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, culminando com as festividades do carnaval. Esse período coincide com a alta estação turística e com as férias escolares. Também é quando a intensidade do sol e do calor é mais intensa em todo o litoral brasileiro.

Estado, Natal. Nesse período, várias empresas surgem nas localidades, gerando diversos postos de trabalho temporário, como também, aumenta a incidência do comércio informal nas áreas turísticas, especialmente nas regiões de praias e lagoas.

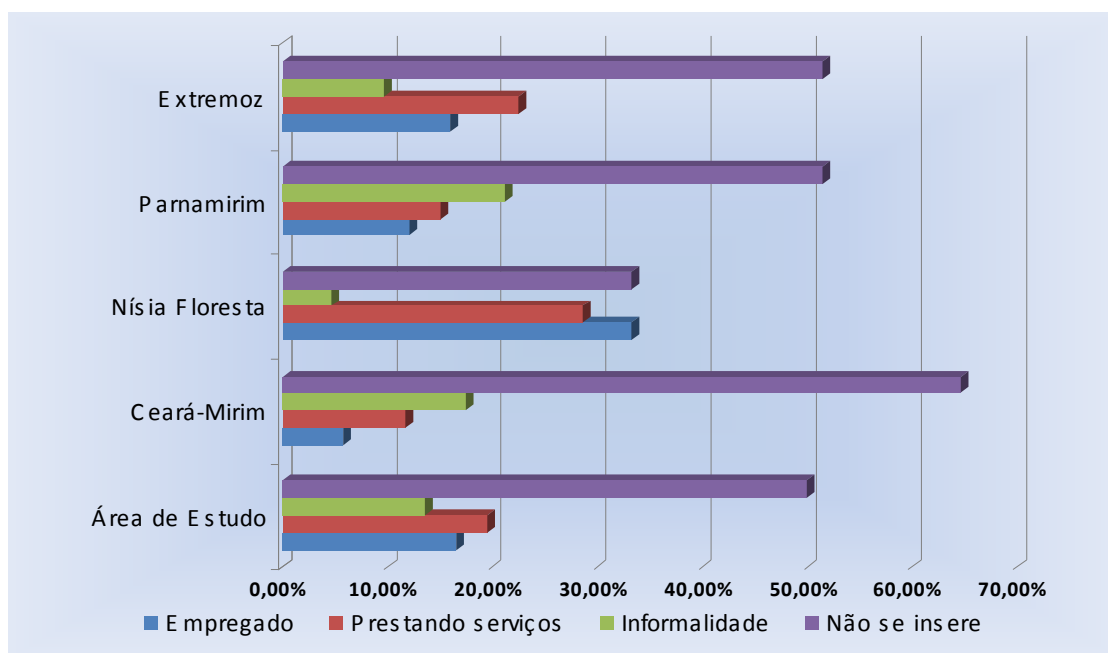


Gráfico 1 – Forma de inserção na atividade turística da localidade de residência.

Fonte: Pesquisa de Campo, Março/2008.

Em relação à inserção da população na atividade turística, 50,0% das pessoas que compõem a área de estudo disseram não se inserir nesta atividade; 16,7% se inserem como empregado, 19,6% prestando serviços e 13,7% através da informalidade (ver Gráfico 1).

O Gráfico 2 mostra que os benefícios gerados pela atividade turística se apresentam da seguinte forma: Extremoz (51,6%), Parnamirim (56,3%) e Ceará-Mirim (58,8%) a maioria dos entrevistados afirma que os empresários são os maiores beneficiados pela atividade turística local. Em Extremoz (22,6%) e Ceará-Mirim (29,4%) os segundos maiores beneficiados são os moradores. Em Parnamirim, diferentemente, o segundo maior percentual se localizou em “gestores públicos” (12,5%) e em “outros” (12,5%). Nísia Floresta, fugindo das tendências anteriores, apresentou os percentuais mais bem distribuídos entres as opções “moradores” (28,6%), “empresários” (23,8%) e “gestores públicos” (33,3%), apresentando para esta última opção o maior percentual.

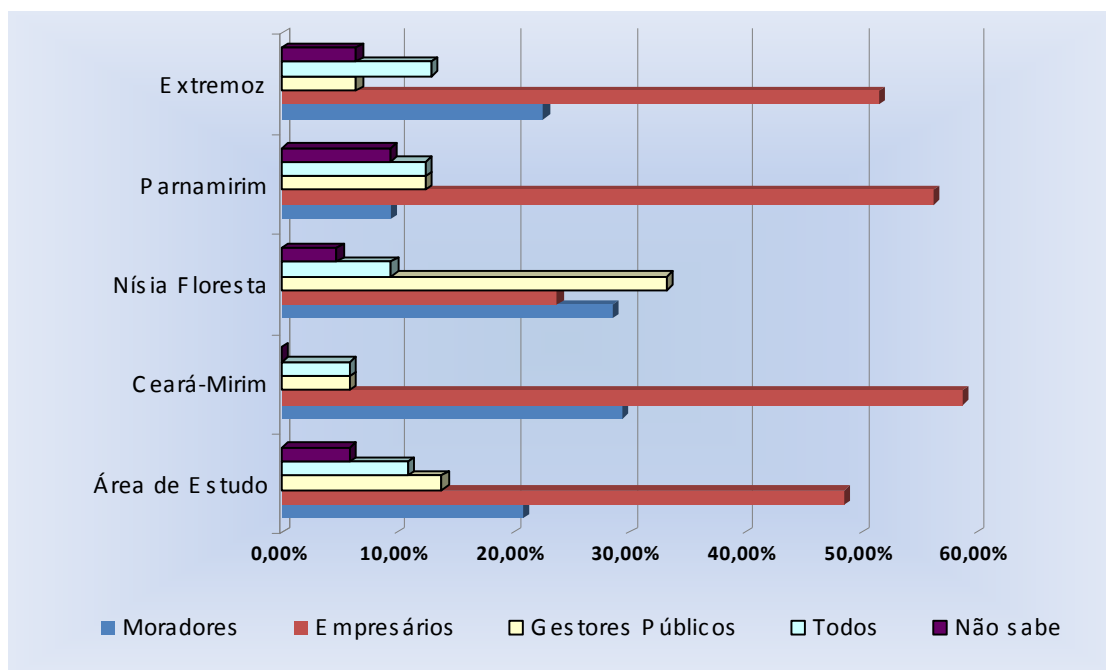


Gráfico 2 – Beneficiados pela atividade turística local

Fonte: Pesquisa de Campo, Março/2008.

A realidade concreta das localidades pesquisadas revela um distanciamento do poder público e do empresariado do turismo das populações residentes. A inexistência de um diálogo entre os diversos atores que fazem parte diretamente da cadeia produtiva do turismo, contribui para elevação de problemas de ordem social, ambiental e cultural os espaços apropriados pelo turismo e, consequentemente no cotidiano dos habitantes do lugar que se inserem na atividade turística, porém de forma precária, conforme apontam os dados acima.

Considerações Finais

O modelo de turismo implementado no Estado do Rio Grande do Norte não tem contribuído satisfatoriamente para equalizar os benefícios proporcionados pela atividade e para a promoção das localidades e comunidades litorâneas onde a atividade se desenvolve, conforme os objetivos definidos pelas políticas públicas.

Os efeitos socioeconômicos do turismo no Rio Grande do Norte estão aquém do que poderia ser, caso o Estado concretizasse políticas de turismo mais consistentes e que visasse a inclusão das comunidades, respeitasse os princípios da sustentabilidade e mudasse o foco de desenvolvimento, dando oportunidade também aos agentes produtores do espaço turístico de origem endógena e não privilegiasse apenas os grandes investimentos turísticos.

Os estudos e pesquisas apontam que o atual modelo de desenvolvimento vigente e hegemônico não é o ideal nem o almejado por vários setores da sociedade, seja pela academia, pela

sociedade civil e inclusive por grupos que atuam no turismo. Em contraposição ao atual modelo, o desenvolvimento endógeno, que visa a inserção das populações no processo de decisão e na cadeia produtiva do turismo, talvez fosse uma alternativa mais justa, menos excludente, mais democrática e minimizadora das contradições geradas pelo sistema capitalista e pela apropriação e produção dos espaços pela atividade turística.

Referências

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **PRODETUR-RN I e II**. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 18 Ago 2007.

Costa, Jean Henrique. **Trabalhadores de verão. Políticas públicas, turismo e emprego no litoral potiguar**. Dissertação (Mestrado). CCHLA/UFRN, Natal, 2007.

Rita de Cássia Ariza da. **Política de Turismo e Território**. – 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2001.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Natal-RN: EDUFRN, 2005.

_____. **Globalização, competitividade e espaço turístico no litoral nordestino**. Natal: CCHLA/UFRN, 2006.

_____. Tendências atuais do turismo potiguar. A internacionalização e a interiorização. In NUNES, E et. Al. (Org.). **Dinâmica e gestão do território potiguar**. Natal: EDURFN, 2007.

PLANO NACIONAL DE TURISMO – Diretrizes, Metas e Programas (2003-2007). Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço** – Técnica e Tempo. Razão e Emoção. – 3 ed. – São Paulo: Hucitec, 1999.

TAVEIRA, Marcelo da Silva. **Políticas de turismo e comunidade local no litoral potiguar**. Dissertação (Mestrado). CCHLA/UFRN, Natal, 2008.